

QUADRO 1

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CATANDUVA
 CNPJ: 47.079.827/0001-04

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2019		2018		PASSIVO	Nota	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante		15.193.186	14.136.380	15.193.186	14.136.380	Circulante		273.338	242.791	273.338	242.791
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.955.293	3.656.122	4.013.961	3.276.718	Fornecedores de bens e serviços		7.281	27.246	7.281	27.246
Caixa e Equivalentes	4.1	1.091	1.465	1.091	1.465	Obrigações com Empregados	4,6	104.238	102.966	104.238	102.966
Banco C/Movimento -	4.1	13.489	538.401	13.489	538.401	Obrigações Tributárias	4,6	144.377	98.800	144.377	98.800
Aplicações Financeiras	4.2	3.999.382	2.736.853	3.999.382	2.736.853	Cheques a compensar		-	130	3.999.382	2.736.853
Créditos a Receber		941.331	379.403	941.331	379.403	Contas a Pagar	4,6	17.462	13.649	941.331	379.403
Contas a Receber	4.3	173.116	167.109	173.116	167.109					173.116	167.109
Adiantamentos Salariais		14.994	16.545	14.994	16.545	Diferido		754.719	197.182	14.994	16.545
Adiantamentos a Fornecedores						Receitas de Convênios a Apropriar		753.221	195.750		
Convênios a Receber	4.3	753.221	195.750	753.221	195.750	Receitas de Aluguéis a Apropriar		1.498	1.492	753.221	195.750
Outras contas											
Diferido		8.275	7.341	8.275	7.341					8.275	7.341
Contrato de Seguros											
Contrato c/ Serv. Terceiros											
Não Circulante		10.139.087	10.382.386	10.139.087	10.382.386	Não Circulante		14.074.597	13.605.875	10.139.087	10.382.386
Imobilizado		10.139.087	10.382.386	10.139.087	10.382.386	Patrimônio Líquido	DMPS	14.074.597	13.605.875	10.139.087	10.382.386
Bens Tangíveis	5	12.126.304	12.112.982	12.126.304	12.112.982	Patrimônio Social		4.136.978	3.559.348	12.126.304	12.112.982
(-) Depreciação Acumulada	5	1.987.217	1.730.596	1.987.217	1.730.596	Ajustes de Avaliação Patrimonial		9.468.897	9.468.897	(-) Depreciação Acumulada	5
Intangível		-	-	-	-	Superávit ou Déficit do exercício		468.722	577.630	Intangível	
Direitos de Uso de Softwares	5	1.180	1.180	1.180	1.180					Direitos de Uso de Softwares	5
(-) Amortização Acumulada	5	-1.180	-1.180	-1.180	-1.180					(-) Amortização Acumulada	5
Direitos Patrimoniais		90.531	90.531	90.531	90.531	Obrigações Patrimoniais		90.531	90.531	Direitos Patrimoniais	
Fundo Comum	4,6	90.531	90.531	90.531	90.531	Fundo Comum	4,6	90.531	90.531	Fundo Comum	4,6
Fundo Comum - Direitos a Inventariar		90.531	90.531	90.531	90.531	Fundo Comum (Obrig. com Inventário)		90.531	90.531	Fundo Comum - Direitos a Inventariar	

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 NELSON BASSANETTI
 Presidente


 MARCO FABIO GUIMARÃES
 Diretor Financeiro


 ODEMAR BORCHINI
 Condição
 CRC 15P-086.864/O-1

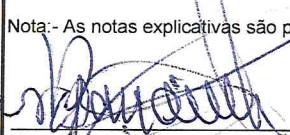
QUADRO 2


ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CATANDUVA
 CNPJ: 47.079.827/0001-04

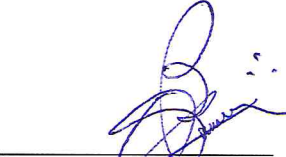
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais)			
	Nota	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS		4.666.638	4.507.872
Com Restrição		2.481.525	2.988.134
Programa (Atividades) de Educação	6.2	1.944.032	1.855.486
Programa (Atividades) de Assistência Social	6.2	404.368	318.540
Programa (Atividades) de Saúde	6.2	133.125	814.109
Sem Restrição		2.185.113	1.519.737
Contribuições e Doações Voluntárias	6.1	82.464	154.538
Aluguéis de Imóveis	6.3	49.584	53.833
Promoções e Campanhas	6.3	1.242.101	423.248
Recursos Próprios	6.3	810.963	888.119
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		3.214.505	3.006.279
Com Programas (Atividades)		3.214.505	3.006.279
Educação	10	2.220.071	2.150.340
Assistência Social	10	685.808	610.503
Saúde	10	308.626	245.435
RESULTADO BRUTO		1.452.133	1.501.593
DESPESAS OPERACIONAIS		1.130.802	1.062.818
Administrativas		1.130.802	1.062.818
Salários e Encargos	10	335.354	348.708
Serviços Gerais	10	238.183	149.737
Manutenção	10	293.433	257.945
Depreciação e Amortização	10	257.415	295.609
Despesas Tributárias	10	5.607	10.488
Outras Receitas e Despesas (Líquido)	6.5	811	330
RESULTADO OPERAC. ANTES DOS EFEITOS FINANC.		321.331	438.775
Resultado Financeiro Líquido		147.391	138.855
Receitas Financeira	6.4	189.057	148.436
(-) Despesas Financeiras	6.4	41.666	9.581
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		468.722	577.630

Nota:- As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 NELSON BASSANETTI
 Presidente


 MARCO FABIO GUIMARÃES
 Diretor Financeiro


 ODÊNIO BOCCHINI
 Contabilista
 CRC 1SP 086.864/O-1

QUADRO 3

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CATANDUVA

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em reais)**

	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos finais em 31/12/2017	3.559.348	9.468.897	-	13.028.245
Movimentação do Período				-
Superávit / Déficit do Período			577.630	577.630
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	577.630		-	
Saldos finais em 31/12/2018	4.136.978	9.468.897		13.605.875
Movimentação do Período				-
Superávit / Déficit do Período			468.722	468.722
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	468.722		-	
Saldos finais em 31/12/2019	4.605.700	9.468.897		14.074.597


NELSON BASSANETTI
Presidente


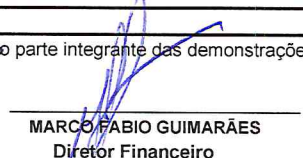
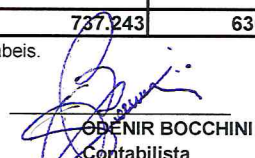

MARCO FABIO GUIMARÃES
Diretor Financeiro


ODEMAR BOCCHINI
Contabilista

QUADRO 4

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CATANDUVA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em reais)

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	725.343	872.967
Superávit (Déficit) do Período	468.722	577.630
Ajustes por:		
(+) Depreciação e Amortização	256.621	295.337
(+) Ajustes de Exercícios anteriores		
Superávit (Déficit) Ajustado		
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	-562.862	303.062
Contas a Receber	-6.008	12.670
Convênios a Receber	-557.471	293.023
Adiantamentos a Empregados	1.551	-2.808
Adiantamentos a Fornecedores		
Outros Valores a Receber	-934	177
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	588.084	-280.527
Fornecedores de bens e serviços	-19.985	13.188
Obrigações com Empregados	1.272	17.731
Obrigações Tributárias	45.577	-18.653
Outras Obrigações a Pagar	561.220	-292.792
(=) Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	750.565	895.502
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recursos Recebidos pela Venda de Bens		
Ajustes por Reversões Patrimoniais	-795	
Outros Recebimentos/Ajustes por Investimentos Realizados		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	14.116	265.495
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	13.321	265.495
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos		
Outros Recebimentos por Financiamentos		
Pagamentos de Empréstimos		
Pagamentos de Arrendamento Mercantil		
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	737.243	630.007
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3.276.718	2.646.711
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4.013.961	3.276.718
Variação do CCL	737.243	630.007
Nota: As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		
 NELSON BASSANETTI Presidente	 MARCO FABIO GUIMARÃES Diretor Financeiro	 ODÉNIR BOCCHINI Contabilista CRC 1SP 086.864/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso V e artigo 31 inciso II e III submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial **encerrado em 31/12/2019**, as respectivas Demonstrações Contábeis da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE DE CATANDUVA, elaboradas na forma da Legislação vigente.

Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, fundada em 28/10/1964, tendo como principal objetivo atuar na área de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, com duração indeterminada, tendo sede e foro à Rua Anuar Pachá No. 200, Parque Joaquim Lopes, no município de Catanduva, Estado de São Paulo.

A diretriz primordial de nossa Instituição é ter a MISSÃO de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

A APAE DE CATANDUVA é uma entidade filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores.

O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente.

Compete ao seu Conselho de Administração de Gestões Delegadas, composto de representantes da APAE DE CATANDUVA e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela APAE DE CATANDUVA.

Assim, a APAE DE CATANDUVA contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade necessitada destes atendimentos. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento de alta qualidade, respaldado por equipes multi profissionais, formadas por médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, fonoaudiólogos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais, professores e dentistas, entre outros.

Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da assistência social, saúde e educação, a APAE DE CATANDUVA, em conformidade ao estabelecido artigo 2º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou a categoria profissional, e ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços ora estabelecidos em seu estatuto, e comprovar anualmente a prestação de contas dos serviços prestados.

Catanduva, 31 de dezembro de 2019.



-NELSON BASSANETTI-
-Presidente -

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1- Contexto Operacional

A Entidade, APAE DE CATANDUVA, é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nº, 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970.

A diretriz primordial de nossa Instituição é ter a MISSÃO de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Desde o início das atividades, a APAE DE CATANDUVA busca o crescimento e a consolidação dos serviços propostos, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos seus serviços destinados à área da assistência social, da saúde e da educação, definida em um processo de aprimoramento contínuo.

2.- Isenção Tributária

A APAE DE CATANDUVA, enquadra-se no conceito de isenção tributária disposta na Lei 9532 de 10 de dezembro de 1997, disposições do art. 12, § 2º, alíneas "a" a "e" e § 3º e dos art. 13 e 14, alterado pela Lei nº 9.718, de 1998, art. 10, e Lei Complementar No104, de 2001).


2.1 - Requisitos para isenção tributária

Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à isenção tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.21 & 2º. do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

b) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25



2

inciso V), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 31 inciso II e III) e Assembleia Geral dos Associados (art. 29 inciso II e III do Estatuto Social).

2.2 - Isenção Tributária e característica da isenção.

A APAE DE CATANDUVA se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da assistência social, saúde e educação, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei No 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra partida);
- existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais.

2.3 - Requisitos para manutenção da Isenção tributária.

A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts.22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

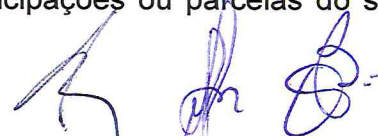
I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu



patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Em outubro de 2013 a Lei 12.862 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que:

§ 1º- A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede

I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício;

II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal.

§ 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições:

I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º. grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e

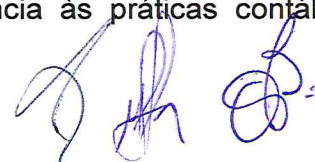
II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Para a Elaboração das demonstrações Contábeis, a Entidade vem adotando desde 2013, as Normas Brasileiras de Contabilidade que afetam de alguma forma, as entidades do terceiro setor, notadamente a ITG 2002, instituída pela Resolução CFC 1409/2012 (Entidades Sem Fins Lucrativos), que foi revisada pela ITG 2002 (R1) em 21/08/2015, bem como os aspectos que foram pertinentes para este tipo de entidade e suas atividades relativas à NBC TG 1000- Contabilidade para pequenas e médias empresas, NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais, NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e NBC TG 27- Ativo Imobilizado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis



adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC No. 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

3.1 – RAZÃO SOCIAL E SEDE DA APAE DE CATANDUVA.

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE CATANDUVA.
Rua Anuar Pachá, 200 – Parque Joaquim Lopes - Catanduva - SP - CEP 15800-670.
CNPJ Nº 47.079.827/0001-04.

3.2 - Formalidade da escrituração contábil- resolução 1.409/12 (NBC ITG 2002).

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

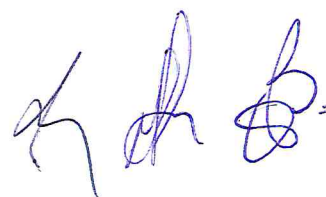
As demonstrações contábeis, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.)



4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e Equivalentes	2019	2018
Caixa - Administrativo	808	995
Caixa - Telemarketing	283	470
Banco do Brasil	1.288	502.295
Bradesco	11	1
Banco Santander	3.756	22.641
Caixa Economica Federal	8.434	13.464
Totais	14.579	539.865

4.2 - Aplicações Financeiras

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes de R\$. 147.390 (líquido) durante e exercício, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.

Aplicações Financeira	2019	2018
Banco do Brasil	1.251.785	148.128
Bradesco	185.634	176.650
Banco Santander	1.354.853	1.265.669
Caixa Economica Federal	1.207.109	1.146.403
Totais	3.999.382	2.736.851

Nota: Valores considerado expressivo, pois trata-se de recursos recebidos de convênios cuja destinação deve ser aplicada em gastos específicos de acordo com o convênio firmado, fazendo face a cobrir gastos dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, meses que normalmente não há repasses de recursos.

4.3 – Créditos Diversos a Receber

A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Cronograma de Desembolso. Valores estes que contemplam Termos de Colaborações, Convênios Municipais e Federal firmados no ano de 2019 à receber no próximo exercício, Contas a

Receber, Cheques a Receber, Valores à Receber p/c de Cartões de Crédito, Adiantamentos de Férias e outros valores à receber de Empregados.

Contas a Receber	2019	2018
Créditos Terceiros	14.207	
Creditos do Leilão de Gado	146.260	160.122
Cheques a Receber	170	800
Cartões de Credito	12.480	6.186
Totais	173.116	167.109

Convênios a Receber	2019	2018
Convenios Municipais - Assistencial	116.100	8.200
Convenios Municipais - Educação	563.866	0
Subvenção Parlamentar		100.000
Convenios Federal - Assistencial		17.550
Convenios Federal - Saúde	73.255	70.000
Totais	753.221	195.750

4.4 - Provisão para Contingências de Férias e 1/3 Constitucional

Em relação às Férias, foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A provisão para 13º salário provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

4.5 - Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e 1/3 Constitucional, citados no item 4.4, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas.



4.6 - Outros Ativos e Passivos

Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, estes valores não se encontram acrescidos de encargos contratuais e juros.

Obrigações com Empregados	2019	2018
Provisão para Férias	95.051	94.568
Salarios e ordenados a pagar	9.187	8.398
Totais	104.238	102.966

Obrigações Tributárias	2019	2018
Iss Retido a Recolher	114	314
Inss Retido a Recolher	20.077	
Pis sobre Folha pagto	96.035	96.035
I.Renda fonte - Folha	28.151	2.451
Totais	144.377	98.800

Outras contas	2019	2018
Seguros a pagar	8.275	7.341
Planos de Saude/Odontologico	9.187	6.308
Totais	17.462	13.649

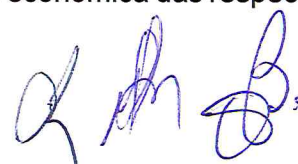
Conta DIFERIDO refere-se à valores totalizados no valor de R\$. 753.221, e apropriados decorrentes da assinatura de Termos de colaborações, convênios ou parcerias de verbas e ou recursos públicos e privados e que não foram recebidos no exercício e que deverão ser realizados no decurso do próximo exercício, cuja conta trata-se da contrapartida transitória de Convênios a Receber, bem como R\$. 1.498,00 relativo à aluguéis à receber à ser apropriados

5 - IMOBILIZADO

Política Contábil

O ativo imobilizado da Entidade é reconhecido e mensurado inicialmente pelo seu custo histórico, que contempla tanto os custos de aquisição como os custos de construção. No caso dos ativos imobilizados em andamento, todos os custos diretamente relacionados à construção desses ativos são reconhecidos no imobilizado, bem como os juros incorridos no financiamento desses ativos, se atendidos os critérios de reconhecimento.

A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas



classes de ativos. Quando está diretamente relacionada à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas na rubrica “Custo das mercadorias e serviços vendidos”. Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Como resultado, o imobilizado está assim resumido conforme o quadro a seguir:

Descrição	Tx Anual de Depr	2019		2018	
		Custo	Depre	Liquido	Liquido
Edificações e Benfeitorias (1)	2,22 a 8,33%	1.017.702	(295.238)	722.464	766.442
Terrenos -(1)		6.688.709	0	6.688.709	6.688.709
Edificações e Benfeitorias-(2)	2,22 a 8,33%	2.381.842	(423.276)	1.958.566	2.019.034
Edificações e Benfeitorias-(3)	2,22 a 8,33%	374.955	(104.976)	269.979	284.976
Edificações e Benfeitorias-(4)	2,22 a 8,33%	152.547	(42.709)	109.838	115.939
Veiculos-(1)	20%	130.700	(130.700)	0	0
Equipamentos Informatica e Tecnologia-(:	20%	26.259	(26.259)	0	0
Moveis, Utensilios e Equipamentos-(1)	10 a 20%	53.846	(53.846)	0	7.145
Veiculos -(2)	20%	434.520	(434.520)	0	29.264
Equipamentos Informat. e Tecnologia- (2)	20%	62.505	(49.438)	13.068	16.764
Moveis, Utensilios e Equipamentos-(2)	10 a 20%	338.866	(228.993)	109.872	145.635
Equipamentos de Uso Recreativo-(2)	10 a 20%	20.688	(18.101)	2.587	5.173
Instrumentos Musicais -(2)	14,28 a 20%	14.389	(14.388)	1	1.350
Equipamentos Informat.e Tecnologia-(3)	20%	14.872	(7.025)	7.847	7.074
Moveis, Utensilios e Equipamentos-(3)	10 a 20%	102.876	(63.459)	39.417	44.409
Equipamentos Informat. e Tecnologia-(4)	20%	23.378	(18.502)	4.876	9.271
Moveis, Utensilios e Equipamentos -(4)	10 a 20%	287.651	(75.787)	211.864	241.201
		12.126.304	(1.987.217)	10.139.087	10.382.386

Composição dos saldos e movimentação

DESCRIÇÃO ITENS IMOBILIZADO	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em
	31/12/2018			31/12/2019
Edificações e Benfeitorias (1)	1.017.702			1.017.702
Terrenos -(1)	6.688.709			6.688.709
Edificações e Benfeitorias-(2)	2.381.842			2.381.842
Edificações e Benfeitorias-(3)	374.955			374.955
Edificações e Benfeitorias-(4)	152.547			152.547
Veiculos-(1)	130.700			130.700
Equipamentos Informatica e Tecnologia-(1	26.259			26.259
Moveis, Utensilios e Equipamentos-(1)	53.846			53.846
Veiculos -(2)	434.520			434.520
Equipamentos Informat. e Tecnologia- (2)	58.672	4.232	(399)	62.505
Moveis, Utensilios e Equipamentos-(2)	338.477	389		338.866
Equipamentos de Uso Recreativo-(2)	20.688			20.688
Instrumentos Musicais -(2)	14.389			14.389
Equipamentos Informat.e Tecnologia-(3)	12.472	2.400		14.872
Moveis, Utensilios e Equipamentos-(3)	96.176	7.095	(396)	102.876
Equipamentos Informat. e Tecnologia-(4)	23.378			23.378
Moveis, Utensilios e Equipamentos -(4)	287.651			287.651
Totais	12.112.982	14.116	(795)	12.126.304

Itens do ativo imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais". O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2019, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil das classes de ativo imobilizado.

Depreciação Acumulada	Saldo em	Depreciações e Amortização	Baixas	Saldo em
	31/12/2018			31/12/2019
(-) Deprec.Acum-Edificacoes/Benfeit.-(1)	251.260	43.978		295.238
(-) Deprec.Acum.Edificacoes/Benfeit.-(2)	362.808	60.468		423.276
(-)Deprec.Acum-Edificacoes /Benfeit.-(3)	89.980	14.997		104.976
(-)Deprec.Acum.-Edificacoes/Benfeit.-(4)	36.608	6.101		42.709
(-)Deprec.Acumuladas -Veiculos-(1)	130.700			130.700
(-)Deprec.Acum-Equiptos.Informatica-(1)	26.259	-		26.259
(-)Deprec.Acum.-Moveis,Utens.e Equipt-(1)	46.701	7.145		53.846
(-)Deprec.Acum- Veiculos-(2)	405.255	29.264		434.520
(-)Deprec.Acum-Equipto Uso Recreativo-(2)	15.515	2.586		18.101
(-)Deprec.Acum-Instrumentos Musicais-(2)	13.039	1.349		14.388
(-)Deprec.Acum--Equiptos Informatica-(2)	42.119	7.719	399	49.438
(-)Deprec.Acum-Moveis,Utens.e Equiptos-(2)	192.841	36.152		228.993
(-)Deprec.Acum-Equiptos Informatica-(3)	5.398	1.627		7.025
(-)Deprec.Acum-Moveis,Utens.e Equipto-(3)	51.828	11.630	396	63.459
(-)Deprec.Acum.-Equiptos Informatica-(4)	14.107	4.395		18.502
(-)Deprec.Acum-Moveis,Utens.e Equipto(4)	46.450	29.337		75.787
Totais	1.730.868	256.748	795	1.987.217

6 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

As receitas, inclusive as doações, Assistências públicas e ou governamentais, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimentos, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais - fiscais.

6.1 - Das Receitas Operacionais

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de doações as contribuições de terceiros são originadas por doações de pessoas jurídicas e físicas, em datas e valores variáveis, demonstradas pelos valores especificados a seguir:

Demais Receitas Operacionais	2019	2018
Donativos de Pessoas Físicas.....	13.835	37.944
Donativos de Pessoas Jurídicas.....	43.614	45.831
Donativos não Identificados.....	1.215	15.543
Donativos Poder Judiciário.....	8.571	9.672
Donativos da Nota Fiscal Paulista.....	-	4.538
Donativos – Federação Nacional.....	5.840	5.008
Donativos- Pref.Catanduva-Merenda.R\$.	3.730	11.413
Donativos em Espécies.....	5.658	24.589
Total	82.464	154.538

6.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10).

São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos públicos e ou governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Públicas e ou Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Pública e ou governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Pública e ou governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo.

No exercício de 2019, a APAE DE CATANDUVA recebeu valores orçamentais descritas conforme tabela a seguir:

CONVENIOS POR ÁREA/ORIGEM	EDUCAÇÃO	ASSIST SOCIAL	SAÚDE	TOTAIS
Convênios Federal				
PDDE	16.900			16.900
Recurso Verba MPAS		17.550		17.550
Ministério Saúde			122.325	122.325
Sincov – Sistema Conv.Federal				
Sub Total (1)	16.900	17.550	122.325	156.775
Convênios Municipais				
Prefeitura de Ariranha	49.500			149.500
Prefeitura de Itajobi	28.540			28.540
Prefeitura de Catanduva - Fundeb	563.866			563.866
Prefeitura de Catanduva - CMDCA		35.399		36.399
Prefeitura de Fernando Prestes	18.000			18.000
Prefeitura de Catiguá		25.200		25.200
Prefeitura de Elisiário		3.960		3.960
Prefeitura de Embauba		13.000		13.000

Prefeitura de Ibirá		61.200		61.200
Prefeitura de Marapoama	23.100			21.000
Prefeitura de Novais		6.300		6.300
Prefeitura de Paraíso		7.200		7.200
Prefeitura de Pindorama	43.200	16.800		60.000
Prefeitura de Pirangi	32.400			32.400
Prefeitura de Santa Adélia		42.000		42.000
Prefeitura de Tabapuã	28.800		10.800	39.600
Prefeitura de Urupês		63.700		63.700
Sub Total (2)	787.406	274.759	10.800	1.072.965
Convênio Estadual				
Governo do Estado de São Paulo	1.067.726			1.067.726
Prefeitura de Catanduva- Alunos +30		112.059		112.059
Convenio - PNAE	72.000			72.000
Sub Total (3)	1.139.726	112.059	-	1.251.786
Total	1.944.032	404.368	133.125	2.481.525

6.3 – Demais Receitas:

As demais receitas operacionais da entidade durante o exercício de 2019, ficaram assim compostas:

Receitas Próprias	2019	2018
- Receitas c/ Eventos e Promoções	457.813	432.608
- Receitas c/ Operações Telemarketing	784.288	869.121
- Receitas c/ Vendas de Recicláveis	1.480	1.682
- Receitas c/ Aluguéis	49.584	53.833
- Recuperação de Despesas	1.614	202
- Receitas c/ Realização de Projetos	6.225	1.221
- Receita de Desapropriações	794.779	-
- Receitas Diversas Eventuais	6.866	6.533
Sub total (1)	2.102.648	1.365.199
Outras Receitas		
- Receitas Financeiras	189.057	148.437
sub total (2)	189.057	148.437
TOTAL DAS RECEITAS	2.291.705	1.513.636

6.4 – Resultado Financeiro, Líquido

Resultado financeiro, líquido	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Juros Passivos	311	150
Tarifa Extrato	365	372
Tarifa Talão Cheques	10	
Tarifa manutenção conta	2.139	1.908
Tarifa pacote de Serviço	2.925	3.763
Tarifa Ordem Pagamento	1.105	635
Tarifa Adicional Chq Compensado	14	10
Tarifa Renovação Cadastro	188	231
Tarifa Crédito Salário	487	380
Juros e comissões Bancárias		
Despesas Cobranças TImk	13.555	196
I.Renda Receitas Financeiras	9.042	1.509
IOF	147	230
Despesas Cobrança Cartão Credito	632	197
Outras	10.745	
Sub Totais	41.666	9.581
Receitas Financeiras		
Receitas Aplicações Bco Brasil	37.564	7.908
Receitas Aplicações Bradesco	6.826	1.489
Receitas Aplicações Santander	71.433	70.665
Receitas Aplicações Caixa Federal	66.808	67.568
Recuperação Despesas Bancárias	200	585
Descontos Obtidos	6.226	220
Sub Totais	189.057	148.436
Resultado financeiro, líquido	-147.390	-138.854

6.5 – Outras Receitas (despesas), Líquido

Outras Receitas(Despesas), líquido	31/12/2019	31/12/2018
Outras Despesas		
Perdas na Alienação de Imobilizado	41	15
Perdas e Quebras de Caixa	607	316
Variações Monetárias	163	
Sub Totais	811	331
Outras Receitas		
Reversão de depreciação	41	
Ganhos na Alienação de Imobilizado		
Sub Totais	41	0
Outros, líquido	770	331

7 - PATRIMÔNIO

O Patrimônio social da entidade é composto pelos valores dos superávits ou déficits acumulados decorrentes de exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

8 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS- Coordenação Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social conforme processo nº 71000.076172/2010-82 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$. 704.244,94

CALCULOS ELABORADOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO - 2019

COMPETÊNCIA	VR.BRUTO	20,00%	4,50%	1,00%	TOTAL
JANEIRO	198.503	39.701	8.933	1.985	50.618
FEVEREIRO	195.572	39.114	8.801	1.956	49.871
MARÇO	195.012	39.002	8.776	1.950	49.728
ABRIL	218.366	43.673	9.826	2.184	55.683
MAIO	209.846	41.969	9.443	2.098	53.511
JUNHO	219.545	43.909	9.880	2.195	55.984
JULHO	240.945	48.189	10.843	2.409	61.441
AGOSTO	216.740	43.348	9.753	2.167	55.269
SETEMBRO	213.336	42.667	9.600	2.133	54.401
OUTUBRO	213.254	42.651	9.596	2.133	54.380
NOVEMBRO	210.116	42.023	9.455	2.101	53.580
DEZEMBRO	218.326	43.665	9.825	2.183	55.673
SUB - TOTAL	2.549.562	509.912	114.730	25.496	650.138
13o. SALÁRIO	200.593	40.119	9.027	2.006	51.151
TOTAL	2.750.154	550.031	123.757	27.502	701.289



CÁLCULOS ELABORADOS SOBRE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS- 2019

COMPETÊNCIA	VR.BRUTO	20,00%	4,50%	1,00%	TOTAL
JANEIRO	819	164			164
FEVEREIRO	1.206	241			241
MARÇO	819	164			164
ABRIL	951	190			190
MAIO	2.373	475			475
JUNHO	2.595	519			519
JULHO	1.241	248			248
AGOSTO	851	170			170
SETEMBRO	851	170			170
OUTUBRO	1.371	274			274
NOVEMBRO	851	170			475
DEZEMBRO	851	170			170
TOTAL	14.778	2.956			2.956

RESUMO DAS GRATUIDADES USUFRUIDAS EM 2019

Folha Pagamento - Patronal 20%	550.031	
Prof. Liberais - Patronal 20%	2.956	552.986
Folha Pagamento - Terceiros 4,50%		123.757
Folha de Pagamento - Rat 1,00%		27.502
Total		704.245

9- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.

Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2019, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 704.245,00. Comparativamente as ***Isenções Previdenciárias Usufruídas*** foram as seguintes:

Atividades	2019	2018
Programa (Atividades) de Assistência Social	59.716	27.313
Programa (Atividades) de Educação	514.596	488.187
Programa (Atividades) de Saúde	68.044	54.733
Administração	474	41.837
Telemarketing	61.415	74.198
	704.245	686.268

10- GRATUIDADES APLICADAS

DESPESAS:- Realizadas e comprovadas conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de R\$. 4.791.862,24 relativo a custos e despesas operacionais; R\$. 234,15 de Despesas Tributárias, R\$. 257.415,27 de Depreciações (calculadas s/ ativo imobilizado), R\$. 41.665,81 de Despesas Financeiras e R\$.40,52 de Resultado por alienações de Bens do Imobilizado.

A entidade aplicou as despesas com gratuidades em sua totalidade. (R\$. 5.091.217,99), a seguir demonstradas:-

DEMONSTRATIVO DAS GRATUIDADES APLICADAS NO EXERCÍCIO DE 2019						
DESPESAS / ÁREA	ADMINIST	ASSIST	EDUCAÇÃO	SAUDE	TLMKTG	TOTAL
COM PESSOAL	10.590	229.230	2.017.307	273.333	302.314	2.832.774
ENCARGOS SOCIAIS		78.137	687.438	86.272	84.339	936.187
HONORÁRIOS	86.677			11.477	416	98.570
ENCARGOS SOCIAIS	907			2.721	219	3.847
IMPOSTOS S/ SERV.TERCEIROS- PF	74			35	22	131
SERV. TERCEIROS- PJ	116.285	10.207		1.934	32.450	160.876
IMPOSTOS S/ SERV.TERCEIROS- PJ	1.133	99		16		1.248
DESP.EXPEDIENTE	160.909	232.300	29.822	834	32.544	456.409
DESP.C/ PROJETOS		10.666				10.666
DESP.C/ EVENTOS/PROMOÇÕES	825	148.630	100			149.554
DESP. C/ MANUTENÇÕES	77.442	36.256		47	21.713	135.457
IMPOSTOS E TAXAS	5.373					5.373
OUTRAS DESP.OPERACIONAIS	770					770
SUB- TOTAL	460.985	745.524	2.734.668	376.670	474.016	4.791.862
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	234					234
DEPRECIÇÕES	51.123	137.747	28.570	39.975		257.415
DESP. FINANCEIRAS	41.666					41.666
RESULT.NEGAT.ATIVO IMOBILIZ	41					40,52.
SUB- TOTAL	93.064	137.747	28.570	39.975		299.356
TOTAL GERAL	554.048	883.271	2.763.238	416.645	474.016	5.091.218

11- SEGUROS CONTRATADOS

A entidade mantém seus bens Patrimoniais segurados a valores avaliados suficientes para a cobertura de eventuais perdas e ou danos.

12 - Relatório de Prestação de Contas

A APAE DE CATANDUVA, elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas do Contratos de Convênios públicos, que mantém com o Governo Federal e do Estado de São Paulo, bem como aos municípios paulistas. Em 2019 os relatórios de Prestação de Contas foram auditados e revisados por auditores independentes.

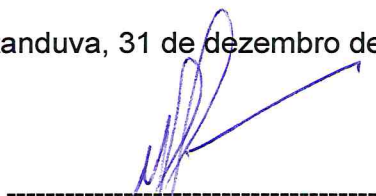
13 – Exercício Social

Conforme estabelece o Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Catanduva, 31 de dezembro de 2019



Nelson Bassanetti
Presidente



Marco Fábio Guimarães
Diretor Financeiro

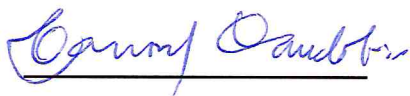


Odenir Bocchini
Contabilista
CRC 1SP 086.864/O-1

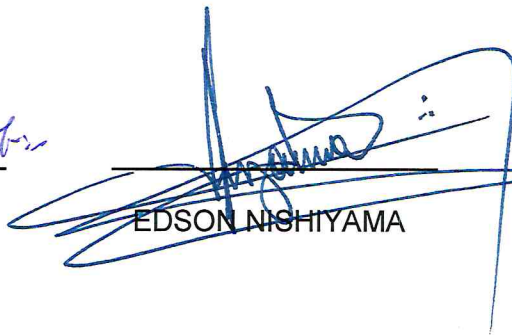
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae de Catanduva-SP**, abaixo assinados, tendo examinado os Balanços Patrimoniais, demonstrações de resultados, Demonstrações do fluxo de caixa, Demonstrações das mutações do patrimônio social e demais registros da referida entidade, em anexos às estas Notas Explicativas, encerrados nos períodos findos em **31 de dezembro de 2018 e 2019** encontrando tudo em perfeita ordem e de pleno acordo com a contabilidade, são de parecer que devem os mesmos serem aprovados, sem restrições.

Catanduva, 31 de dezembro de 2019



HAMOND CANDOLO



EDSON NISHIYAMA



FRANCISCO CARLOS COUTO

José Marcos Paula Theodoro
Auditor Independente CNAI 1306
CRC/SP no. 1SP138566/O-3

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores da

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduva
Catanduva-SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (“Entidade”)**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e a respectiva demonstração do superávit ou déficit do exercício, das mutações do patrimônio social e da demonstração de fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

José Marcos Paula Theodoro
Auditor Independente CNAI 1306
CRC/SP no. 1SP138566/O-3

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades como tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios ticos relevantes previstos no Código de Ética profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades ticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da Governança sobre as demonstrações contábeis

3. A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

José Marcos Paula Theodoro
Auditor Independente CNAI 1306
CRC/SP no. 1SP138566/O-3

Responsabilidade do auditor independente

4. Nossa responsabilidade é a de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada pôr fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: (i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria e resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional; (ii) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, como objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; (iii) Avaliamos a adequação das políticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; (iv) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe significativa incerteza em relação à eventos de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as evidências de auditoria forem inadequadas.

José Marcos Paula Theodoro
Auditor Independente CNAI 1306
CRC/SP no. 1SP138566/O-3

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional e (v)

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura, e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis apresentam as correspondentes transações de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Catanduva (SP), 17 de março de 2020



José Marcos Paula Theodoro
Auditor Independente CNAI 1306
CRC/SP nº. 1SP138566/O-3